

Boa noite a todos!

Declaro aberto o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário Brasileiro organizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Sejam todas as Senhoras Magistradas e os Senhores Magistrados muito bem-vindos. Cumprimento o Ministro José Coelho Ferreira – Presidente do Superior Tribunal Militar, cumprimento o Corregedor Nacional de Justiça Ministro Humberto Martins, na pessoa de quem cumprimento todos os senhores e senhoras Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça aqui presentes, cumprimento o Ministro Marco Aurélio Buzzi neste ato representando o Superior Tribunal de Justiça, o Presidente encontra-se de licença, o Ministro João Otávio de Noronha, licença médica, cumprimento o Ministro Aloysio da Veiga que também é Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, mas neste ato também representa o Tribunal Superior do Trabalho; Senhora Desembargadora Marlene Terezinha, Presidente regional do Trabalho da 9ª região, na pessoa de quem cumprimento a todas as senhoras e senhores presidentes de Tribunais aqui presentes e também agradeço a Presidente Marlene Terezinha do TRT da 9ª região e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Desembargador Bettega que por problemas de locomoção e atraso no voo não teve condições de chegar a tempo da abertura agradecemos na pessoa da Senhora todo o apoio que tivemos, tanto no TRT da 9ª região quanto do TJ Paraná na organização deste evento que se faz aqui no Estado do Paraná. Doutor Jaime Martins de Oliveira Neto, Presidente da AMB - Associação dos Magistrados brasileiros, na pessoa de quem cumprimento os Presidentes de Associações de Magistrados aqui presentes, Fernando, Luciano, Guilherme Feliciano, a todos que estão aqui presentes e especial a AMB que também auxiliou muito junto com a AMAPAR na organização deste evento; Doutr César Zilioto – Diretor Jurídico da ITAIPU bi-nacional também organizamos todo o apoio na organização do evento; Doutr Luiz Henrique Sormani Barbudiani, neste ato representando a Senhora Governadora do Estado do Paraná; Senhoras e Senhores Magistrados Senhores participantes do evento, senhores participantes da imprensa, pela 12ª vez o Poder Judiciário Nacional se encontra para discutir os seus desafios, discutir o seu aperfeiçoamento, discutir os seus objetivos, discutir a sua forma de atuação e seu aprimoramento no atendimento das demandas da sociedade. Nós estamos aqui reunidos, mais uma vez, para além de estarmos discutindo todos esses objetivos, as metas para o ano de 2019, os objetivos e desafios colocados depois para o ano de 2020, nos preparando para cada vez mais para ter um Judiciário mais eficiente, mais transparente e mais responsável na prestação jurisdicional e no atendimento das demandas da sociedade. A sociedade espera muito do Poder Judiciário e tem certeza que nestes dois dias que estaremos reunidos aqui poderemos discutir, analisar e debater e projetar para o nosso futuro próximo. Sejam todos bem-vindos e com essas palavras iniciais declaro aberto este XII Encontro Nacional da Magistratura Nacional Brasileira.

Boa noite novamente a todos, agora integrando que diz o Desembargador Bettega do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, já havia feito referência ao apoio e agradecido o apoio do TJ Paraná e TRT da 9ª região na organização e realização deste evento aqui no estado do Paraná.

Eu vou falar a senhoras e senhores a respeito da transparência e eficiência no Poder Judiciário. Em 30 anos desde a promulgação da Constituição de 1988, cujo o aniversário se comemorou no último dia 05 de outubro, a justiça brasileira passou por profundas mudanças que nos traz enormes desafios e responsabilidades, foram muitos desafios e obstáculos, mas vivenciamos um processo contínuo de amadurecimento e fortalecimento das instituições e da democracia brasileira. Temos muito o que comemorar, mas há muito ainda o que transformar. A Constituição de 1988 atendendo ao clamor do povo brasileiro elencou um extensivo rol de direitos e garantias individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e de defesa de minorias.

Para assegurar esse cumprimento e efetividade, a carta cidadã conferiu plena independência aos magistrados, a todos nós magistrados brasileiros total autonomia, o qual passou a exercer um papel proeminente na vida social, econômica e política brasileira, para fazer frente essa demanda, uma demanda crescente de uma sociedade cada vez mais plural, o Judiciário também precisa ser dinâmico e cooperativo. As novas teorias a respeito de gestão que dizem respeito não só aos órgãos públicos, mas as próprias corporações privadas têm elencado o tripé da transparência, da eficiência accountability, que podemos traduzir por responsabilidade, responsabilização. Esses fundamentos são válidos para a administração privada e são ainda mais relevantes na governança pública, inclusive na do Poder Judiciário. Nesses passos hoje estamos reunidos neste evento que busca promover reflexões acerca de soluções nos principais desafios enfrentados pelos Tribunais e magistrados brasileiros. O Conselho Nacional de Justiça vem empreendendo significativos esforços para uma maior integração, sistematização e modernização do Poder Judiciário Nacional aperfeiçoando a coleta de dados, realizando diagnósticos, estabelecendo metas e aperfeiçoando os sistemas de controle. Por meio da estratégia nacional do Poder Judiciário instituída pela Resolução do CNJ de número 198/2014, é possível impulsionar a unicidade do Poder Judiciário disseminando diretrizes e políticas norteadoras para atuação institucional dos seus órgãos. Um justiça eficiente exige que o tempo de duração dos processos seja administrada de forma mais ágil, pois os conflitos do mundo pós-moderno atuam em um ritmo cada vez mais intenso e as relações pessoais e sociais se multiplicam e se as relações pessoais de multiplicam os conflitos, por consequência também. Também. É desafiadora a missão de tornar efetiva a prestação jurisdicional de âmbito nacional, especialmente em um universo como o nosso, com aproximadamente 80 milhões de feitos em tramitação, e ainda em um país com tantas peculiaridades regionais e de extensa dimensão territorial. Ao mesmo tempo que ela tende a necessidade de modernização e de aprimoramento da gestão judiciária, é essencial ter em mente que não se planeja o futuro sem conhecimento da realidade e que não se desenvolvem metas sem a construção de indicadores para tanto. Infelizmente mesmo que tenhamos tido avanços na última década no que diz respeito ao aprimoramento da qualidade dos dados e na transparência do Poder Judiciário, ainda somos, não sem fundamento,

criticados pela ausência e precariedade de dados estatísticos. Precisamos de maneira urgente aprimorar as nossas classificações e nossos dados estatísticos; principalmente pesquisadores e sociedade em geral nos criticam com fundamento de nós não termos meios de verificação a respeito de classificação de processo, número de processos, algum tipo de padrão do ponto de vista da nomenclatura, ou seja, isso tudo dificulta o conhecimento das nossas ações e nos dar a conhecer será uma maneira de deixarmos de ser criticados, porque se verá a qualidade e a quantidade de produção da magistratura brasileira; Nós conseguiremos nos comunicar melhor com a sociedade. É necessário que as senhoras e senhores que estão à frente dos tribunais tenham consciência disso, nós produzimos muito, nós produzimos bem, mas é muito difícil essa avaliação por parte da sociedade e tenho recebido e tenho conversado com pesquisadores, porque eles não conseguem ter acesso aos nossos dados. Então vamos trabalhar fortemente... cumprimento aqui o Pereira Calças que eu vejo ali concordando com o que eu estou falando, o Presidente do nosso TJ de São Paulo, a minha origem. Nós precisamos nos mostrar a sociedade e darmos a conhecer sistemas estatísticos amigáveis. Os nossos sistemas, seja de páginas de internet, seja sistemas estatísticos, eles não são amigáveis... aí a pessoa já fica brava conosco, logo de largada, logo de início, porque não consegue acessar a informação e nós produzimos e produzimos muito. Cabe a nós mudar esse cenário e avançarmos para um Judiciário cada dia mais eficiente e transparente. O aprimoramento da gestão judicial não tem outro caminho, se não passar pelo processo de melhoria na gestão das informações. Nós precisamos melhorar a gestão das nossas informações dos nossos dados. Não é uma tarefa simples sabemos disso, pois a cultura de dados e a cultura de pesquisa é algo ainda recente em nosso país e que além de estar em constante crescimento, exige uma mudança de paradigma. Precisamos mobilizar e conscientizar os atores do sistema de justiça com relação a importância de se observar com atenção os registros processuais básicos e os dados elementares do processo judicial que são cadastrados nos sistemas. São eles que irão nos contar a história do processo e que permitirão traçar tendências e identificar possíveis gargalos. Essa é a primeira etapa de um grande desafio: o de criar uma única base de dados nacional. Esse é o desafio, criar uma base de dados nacional e o repositório de dados processuais a ser utilizado no desenvolvimento de diagnósticos precisos e confiáveis que subsidiem a criação de parâmetros, diretrizes e de políticas, de forma a garantir a celeridade processual. Se nós conseguirmos fazer isso, as senhoras e senhores, os tribunais, os juízes terão mais tempo para se dedicar a atividade fim porque a atividade do ponto de vista de prestação de contas de relatórios, ela será automatizada; Hoje todos os tribunais e todos os juízes tem que dispendem tempo pessoal e tempo de pessoal de servidores para resposta a uma série de relatórios que são necessários de serem formulados e preenchidos e encaminhados. Se nós conseguíssemos uma padronização desse sistema, nós poderemos criar uma padronização de sistema de inteligência artificial que já automaticamente produzirão a coleta dos dados e mais do que isso, também nos darão os diagnósticos iniciais de uma maneira automatizada. Esse é o objetivo final e exonerarmos da formulação desses questionários e desses relatórios e também da própria análise deles do ponto de vista que temos a tecnologia da informação a nosso serviço.

Precisamos estimular a cultura da pacificação social e da valorização do diálogo, o país hoje judicializa tudo, judicializa a boa-fé. Hoje só existe boa-fé se tiver uma certidão de trânsito em julgado. O que se presume é que as pessoas não estão de boa-fé. Temos que mudar essa cultura. O Judiciário torna-se mais eficiente ao estimular as soluções autocompositivas e meios adequados de resolução de conflitos, instrumentos céleres e econômicos para o oferecer a justiça. Em cumprimento a todas as senhoras e senhores magistrados do Brasil e a Conselheira Daldice, a semana da conciliação neste final de outubro, início de novembro chegou a quase 800 mil acordos, 4 vezes mais de acordos ocorridos no ano anterior. Já é um reflexo dessa mudança de cultura que é necessária de nós avançarmos. É evidente que a sociedade tem sua responsabilidade e muito do que vai parar no Judiciário é muitas vezes por fracasso de outras instâncias na solução de conflito, e depois a sociedade quer que nós resolvamos tudo. E nós temos que inclusive estimular a conciliação e negociação, que deveriam inicialmente ser estimulados, Ministro Buzzi, pelos próprios atores processuais das funções essenciais da justiça, Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada, a Defensoria Pública. Mas nós somos tão dependentes de Estado que ninguém é cobrado para isso. Vamos fazê-lo e estamos fazendo. Nosso desempenho neste aspecto tem melhorado muito, mas ainda do ponto de vista profissional e do número de demandas, proporcionalmente é um número proporcional muito pequeno de acordos que são realizados já instaurados o litígio. No acompanhamento da política Judiciária de tratamento adequado de conflitos de interesse e recente aferição realizada pelo CNJ quanto ao índice conciliatório dos segmentos de justiça estadual, federal e trabalhista demonstra que a semana nacional de conciliação está consolidada no nosso calendário, também aponta que muito precisamos e podemos avançar para incorporação do movimento conciliatório de política permanente. E esses números trazidos neste ano nos mostram como é possível avançar, como é possível melhorar e para além da semana de conciliação nós trabalharmos isso sempre que cotidianamente. Também recentemente, aprovamos a resolução a respeito da remuneração de mediadores e de conciliadores que trará instrumento extremamente importante e relevante para aprimorarmos e aumentarmos os números de mediação e conciliação em todo o Judiciário nacional. Destacam-se as metas nacionais do Poder Judiciário como instrumento que permite aperfeiçoar a prestação jurisdicional, buscando proporcionar a sociedade um serviço mais célere com maior eficiência e qualidade.

Atualmente são temas das metas a celeridade processual, a conciliação, a priorização do julgamento de processos relativos a corrupção, improbidade administrativa, as ações coletivas, aos maiores litigantes e também as questões relativas aos recursos repetitivos. O Processo de formulação dessas metas vem acontecendo de forma colaborativa e participativa resultando em maior comprometimento dos envolvidos. A melhor forma de nós atuarmos, como disse o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins é unidos, unidos nesse propósito. Muito mais do que resoluções que determinam que mandam, é a nossa consciência, a nossa autorresponsabilidade em saber da necessidade em saber do Judiciário estar unido, de Poder judiciário estar junto, de o Poder Judiciário estar comprometido na construção da grande nação que é o Brasil. Um dos maiores países do mundo, das maiores economias do mundo, nos

maiores territórios do mundo e de população, nós temos o compromisso com a nação, nós temos a responsabilidade com essa nação, nós somos um dos três Poderes da nação, cada um de nós aqui representa o poder, o Poder Judiciário. Temos que assumir nossas responsabilidades de maneira unida, conjunta e com responsabilidade. O Processo de formulação de metas vem acontecendo de forma colaborativa e participativa o que resulta em um maior comprometimento dos envolvidos. Registra-se aqui o fortalecimento da atuação da Rede de Governança colaborativa do Judiciário no seu papel de pulverizar a informação e permitir o debate cada vez maior de representante do Tribunal; para alcançarmos a nossa missão de realizar justiça e nossa visão de futuro, onde queremos chegar para sermos reconhecidos pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social. É preciso para tanto traçar metas mais desafiadoras, planejar e executar projetos e ações mais concretas e aquelas que tem os impactos mais significativos na solução de conflitos e na pacificação social. Dessa perspectiva o Relatório Justiça em números é um grande aliado da cidadania mostrando ao Brasil e ao mundo o complexo funcionamento do Poder Judiciário. O Relatório tem contribuído de forma relevante para a transparência dos Tribunais com a divulgação de estatística e análise de dados, uma tarefa árdua, porém essencial para se compreender a atuação do Judiciário Nacional. O Relatório mostra que o Judiciário não tem conseguido ainda diante das tantas demandas que nos chegam a dar a devida vazão a todas elas. Em 2009, no primeiro ano de criação das metas nacionais tínhamos 60 milhões de processos em tramitação, 8 anos depois haviam saldos espantosos de 20 milhões de processos a mais. O congestionamento também é necessário reduzi-lo, ele encontra-se hoje em torno de 70% ao longo de uma série histórica. Em razão disso é extremamente importante que na definição das metas nacionais para o próximo ano e vamos discutir aqui ao longo de todo dia de amanhã para o ano de 2019 seja feito um balanço dos resultados já alcançados e que sejam aprovadas propostas desafiadoras que possibilitem o aprimoramento da gestão judicial. Nenhum encontro a que se discute as metas para o ano de 2019 não poderia de deixar de ressaltar que completados na data de hoje, exatos 82 dias de gestão, a frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, destaco que nesse curto período de tempo consolidamos juntamente com as senhoras e senhores, Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, todos aqui presentes, apenas a Conselheira Iracema que também se encontra de licença médica e não pode estar aqui presente, todos estão presentes nesse trabalho extremamente importante e relevante de discutirmos o Poder Judiciário Nacional e com a ajuda das senhoras e senhores nesse curto período de tempo já tivemos muitas realizações. Inicialmente no Conselho Nacional de Justiça já realizamos neste curto período 10 sessões, sendo 5 sessões ordinárias e 5 sessões virtuais nas quais foram pautados 183 processos e já concluídos desses, 141. Foram estabelecidas rotinas para divulgação com antecedência do calendário de sessões de julgamento, atendimento de advogados e aos Conselheiros, as questões relativas aos precatórios, a gestão documental, a comunicação social, a convenção de Haia para o apostilamento de documento estão sendo trabalhadas com bastante afinco. Foram instaurados diversos procedimentos para análise, coleta dos mais diversos assuntos do Poder Judiciário, dentre os quais também destacamos:

Desburocratização do Poder Judiciário, tivemos o lançamento do projeto de desburocratização, tivemos semana passada, do Ministro Aloysio lá no Tribunal Superior do Trabalho, também o Conselheiro Fernando Matos apoiando e auxiliando nesse trabalho, acompanhamento do trabalho da Lei de Execução Penal do Conselheiro Marcio Shiefler que está acompanhando, a Conselheira Maria Tereza também; Criação um código de normas e serviços extrajudicial, controle de ponto eletrônico nos Tribunais, controle de tramitação direta de inquéritos, e no que diz respeito ao sistema carcerário, questões relativas à segurança pública já assinamos termos de cooperação com os Mistérios da Justiça, dos Direitos Humanos, e também com o Ministério da Segurança Pública, bem como o CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público e também com o PNUD - Programa de Nações Unidas para o desenvolvimento, tudo com um objetivo de desenvolver ferramentas de programas e projetos que possibilitem diminuir o grave problema enfrentado hoje, não só pelo Judiciário, mas sim por todas as esferas de Poder que diz respeito a ressocialização a todos que cometeram algum ilícito e forma condenados, para que essa ressocialização se dê de maneira efetiva e antes de tudo digna. Já iniciamos um processo de nacionalização do sistema eletrônico unificado, atualmente com o apoio dos Tribunais do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal. Até 18 de dezembro deste ano, a meta é ter mais de 100 mil execuções já nesse sistema de execução eletrônica unificada. Mas a meta é nacionalizar o sistema todo até fevereiro de 2020, quando teremos uma expectativa de termos cadastrado cerca de 3 milhões de execuções penais ativas no país. Além de integrar o sistema de execução integrada, o banco nacional de mandados de prisão OBNMP que já está na sua versão 2.0. Ainda com respeito ao sistema carcerário vamos realizar a biometria e a emissão de documentação de todas as pessoas que estão custodiadas em todo país. Muitas vezes e não são poucos, são inúmeros os presos que passam anos cumprindo pena que não tinham, que não tem e o Estado mesmo custodiando-as não lhe dão uma carteira de trabalho e depois quer que se reinsere no mercado de trabalho, se se quer essa dignidade e essa preocupação o Estado tem. Então com essa Biometriação poderemos identificar inclusive aqueles casos de pessoas que se passam por outras, o que provavelmente vamos verificar que esse número ele é até exagerado porquê do ponto de vista real deve ser mesmo na medida em que se identifica biometricamente a todos e também se dê à medida que se identifique biometricamente a documentação necessária. Muito se quer certidão de nascimento tem. Estamos em fase final de preparação de convênio com a ANOREG E ARPEN, Ministério Público do Trabalho e Receita Federal para viabilizar a concessão de documentos a todos aqueles que forem biometrizados. Também estamos desenvolvemos programas para estimular e diversificar as ações de reintegração social de condenados, bem como atendimento as vítimas de crimes a Justiça Restaurativa. Recentemente assinamos com a Rainha da Suécia e uma Organização não governamental por ela apoiada e junto com o Tribunal de Justiça de São Paulo para exatamente aprimoramos as ações que já existem em relação a oitiva de crianças vítimas de violência para que elas tenham o devido apoio e para que seus depoimentos não sejam revividos o trauma da violência já sofrida. Com respeito a tecnologia da informação estamos trabalhando com o objetivo de implantar o processo judicial eletrônico em todo os Tribunais de forma gradativa e responsável, estamos igualmente desenvolvendo e aprimorando diversos outros sistemas como o Banco Nacional

de Precedentes repetitivos, o Escritório Digital, o Sistema Auditar, o Painel de acompanhamento orçamentário, o Portal de Consulta Pública do BNMP 2.0 , o Sistema eletrônico de Recursos Humanos, o Sistema de Notas técnicas e Pareceres técnicos em demandas de saúde, o ENAT JUS e todos esses da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e comunicação do Conselho Nacional de Justiça. Não é pouca coisa, mas é necessário fazer e juntos iremos fazer. Reativamos o Comitê gestor Nacional de Atenção Integral a saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, bem como o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário. Não seremos capazes de avançar sem pensarmos também na capacitação dos nossos servidores, dos nossos colaboradores da justiça, a produção das nossas decisões, da nossa atuação também é fruto da colaboração dos servidores, de terceirizados que atuam no suporte para que nós possamos fazer o melhor de nós para a nossa prestação jurisdicional e não podemos descuidar da capacitação das pessoas que nos apoiam. No que se refere as metas do ano de 2020, já instituímos desde agora Grupo de Trabalho para pesquisar sobre a possibilidade de adequação das metas do CNJ aos Objetivos de Desenvolvimento e Sustentável – 2020/2030 da Organização das Nações Unidas – o conhecido ODS 2030.

Além disso reativamos também o Comitê Nacional Judicial ao trabalho em condições análogas a de Escravo e tráfico de pessoas que fará a reestruturação de toda a rede de combate ao trabalho escravo do nosso país. Também estamos em tratativas a renovação do acordo com os Tribunais Superiores para as compras compartilhadas com o propósito de torna-los eficaz e nos limites legais a abranger, ampliar a sua abrangência trazendo economicidade às nossas compras as nossas contratações. Estamos atuando em todas essas frentes, reativamos e estamos aprofundando uma série de ações que já existiam e que ocorrem no âmbito do Conselho Nacional de Justiça com atuação sempre permanente e efetiva de todas as senhoras e senhores Conselheiros. Conselheiro Humberto Martins – Corregedor Nacional de Justiça, Aloysio da Veiga, Luciano, a nossa Conselheira recém empossada do Ministério Público da União, a Desembargadora Daldice, o Fernando, o Valtércio, Arnaldo, André, Márcio, Maria Tereza, Valdetário, Henrique Ávila e todos aqui presentes. Na questão do Precatório está à frente a Desembargadora Iracema que não foi possível estar aqui na data de hoje. Enfim, Senhoras e Senhores, a sociedade deposita muita esperança no Poder Judiciário e anseia por resultado, os cidadãos urgem por prestação jurisdicional eficiente, célere, coerente e previsível. Essa é uma outra preocupação que temos que ter. Nós temos que pensar que segurança Jurídica é previsibilidade, a sociedade não pode viver com incertezas jurídicas. Se a Sociedade está em transformação a Justiça também tem que se transformar. Como já dizia Shakespeare, a transformação é uma porta que se abre por dentro, eis a chave dessa transformação, eficiência, transparência e responsabilização. Cabe a cada um de nós, Magistrados, Conselheiros e Conselheiras, com a contribuição imprescindível dos servidores e colaboradores do Poder Judiciário e também integrados as funções essenciais da Justiça , Ministério Público, Advocacia Privada, Advocacia Pública, Defensoria Pública e toda a sociedade e os demais poderes Executivo e Legislativo atuarmos nesse processo de transformação através de planejamento, estratégia, metas e gestão administrativa moderna e muito trabalho e dedicação e tudo isso atuando com a maior transparência possível e

aceitando os olhares críticos e vigilantes da imprensa, da academia e de toda a sociedade brasileira. Juntos construiremos um Poder Judiciário mais Efetivo, transparente, eficiente e responsável com a sociedade brasileira. Como eu disse, nós temos que nos orgulhar, cada um de nós, Magistrados e Magistradas somos Poder em um dos maiores Países do mundo. A Nação deseja e espera o melhor de nós e vamos dá-lo a Nação Brasileira.

Muito obrigado.